



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO

: 0052076-49.2019.6.05.8000

Parecer nº 0756984 / 2020 - PRE/DG/ASSED

1. Cuidam os autos de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 3.555/2000, 10.024/2019, 7.892/2013 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018 e pelas condições constantes do Edital (documento n.º 74368), aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, e tem por objeto o Registro de Preços visando à eventual aquisição de material elétrico, diverso e hidráulico, conforme as especificações estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência – do Pregão Eletrônico n.º 23/2020.
2. Foram atendidos os requisitos legais relativos à fase interna do procedimento licitatório, consoante documentos indicados:
 - a. planilha padrão de estimativa de preços (documento n.º 74359), e manifestações da SEAQUI (documentos n.ºs 743115, 74324, 74332 e 74360);
 - b. indicação de ação orçamentária para custeio da despesa, uma vez que se trata de licitação para Registro de Preços (documento n.º 74335);
 - c. análise da legalidade das minutas pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos (documento n.º 74344);
 - d. autorização de abertura do certame licitatório por autoridade competente (documento n.º 74354);
 - e. designação de Pregoeiro e equipe de apoio, com juntada de cópia da portaria que designou o Pregoeiro e membro de equipe de apoio, documentos n.ºs 74366 e 74369;
 - f. divulgação do Edital em meio eletrônico, publicação no D.O.U. e em jornal de grande circulação documentos n.ºs 74370, 74371 e 74372.
3. Observa-se que não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital.
4. Iniciado o procedimento licitatório, foi realizada a classificação inicial das propostas e, em seguida, a etapa competitiva, com apresentação de lances pelas empresas. Finalizada a etapa competitiva, houve negociação de preços para cada item, obtendo-se êxito apenas em relação ao item 52.
5. Ato contínuo procedeu-se à habilitação das licitantes que ofertaram as melhores propostas válidas, juntando-se a documentação comprobatória, especificamente, documentos n.ºs 749034, 749035, 749040, 749045, 749052, 749054 e 749056. Após devida verificação documentos das licitantes vencedoras, estas foram classificadas da seguinte forma:
6. Assim, sagraram-se vencedoras as empresas relacionadas no Relatório Resultado por Fornecedor, documento n.º 749162:
 - a. VOLT MATERIAIS ELETRICOS EIRELI, vencedora do lote 1 e item 50;
 - b. AUT LED COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO EIRELI., vencedora dos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6;

- c. QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, vencedora dos itens 49 e 56;
 - d. GOLED INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA., vencedora dos itens 51, 53 e 57;
 - e. RGM CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA, vencedora do item 52;
 - f. EZ TECHS IMPORTADORA, EXPORTADORA E REPRESENTACOES EIRELI, vencedora dos itens 54 e 55.
7. Observa-se que a empresa REGINA BERGAMASCO DA SILVA foi INABILITADA para o item nº 2, haja vista que apresentou certidão de falência e concordata, sem informação de prazo de validade, em detrimento do que prescreve a condição 11.9. do edital. Como a data da abertura do pregão se deu em 16/04/2020, tendo transcorridos mais de 120 dias da data da emissão da referida certidão, 15/12/2019, considera-se acertada a INABILITAÇÃO em comento.
 8. Restou prejudicada a verificação de autenticidade da certidão de falência e concordata apresentada pela licitante QUERÉTARO TECNOLOGIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LTDA., tendo em vista que o cartório distribuidor da Comarca de Santa Helena não mantém página para acesso ao site da internet. Destarte, referida a certidão só poderia ser procedida de forma presencial. Quanto ao sócio majoritário da referida empresa, o senhor BENARO MOACIR PRATES, portador do CPF nº 461.696.799-72, foi juntada à Certidão positiva do site do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, em nome deste, por ato de improbidade administrativa. Por meio de Convocação de Anexo, a pedido do Pregoeiro, foram encaminhados os documentos comprobatórios de que a referida anotação não impede a participação em processos licitatórios e de contratar com a administração pública, conforme documento nº 749045.
 9. As pendências registradas no SICAF foram supridas pela juntada de documentação pertinente.
 10. O Lote nº 2 restou fracassado, uma vez que as duas empresas a ofertarem propostas para esse lote foram desclassificadas.
 11. A fim de evitar que no Pregão ocorressem outros cancelamentos, o Pregoeiro, respaldado nos termos da condição 7.13 do edital, procedeu ao retorno à disputa fechada para os itens nº 51, 53 e 57, tendo em vista que todas as empresas convocadas tiveram suas propostas desclassificadas, conforme consta no Relatório Final do Pregão, documento nº 749895.
 12. Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, não houve manifestação por parte das licitantes.
 13. As demais ocorrências da sessão estão detalhadamente discriminadas no minucioso relatório apresentado pelo Pregoeiro e membro da equipe de apoio, bem assim na ata do pregão, e demonstram a regularidade dos atos e do procedimento.
 14. Deste modo, sugere-se a homologação do certame, devendo a Administração, em ato contínuo, proceder à convocação das empresas vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/2002, arts. 13, VI, VII, do Decreto nº 10.024/19 e art. 13 do Decreto nº 7.892/13, de acordo com o Relatório Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico e Relatório Final, documentos n.ºs 749029, 749027 e 749895, respectivamente.
 16. Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF para informação relativa à disponibilidade orçamentária.
 17. Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

À consideração superior.

Rodrigo de Oliveira Rios

Estagiário da Assessoria Especial da Diretoria-Geral

Maria Regina Ribeiro Santana

Assessoria Especial da Diretoria-Geral

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 13/07/2020, às 19:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 14/07/2020, às 12:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **0756984** e o código CRC **A9962789**.